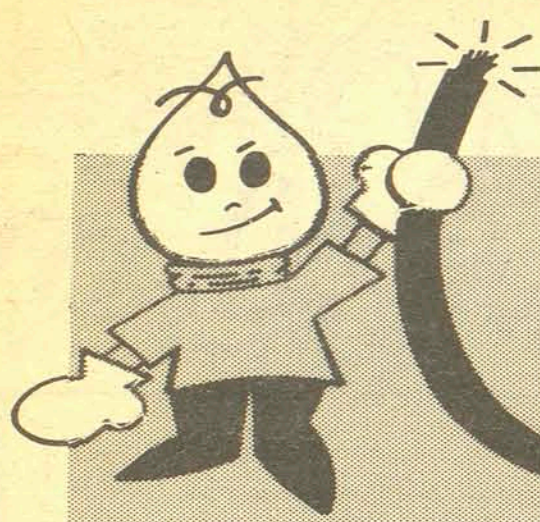




Luta contra as privatizações continua mesmo com URP paga

Uma liminar da Justiça do Trabalho garantiu o pagamento das URPs de abril e maio aos empregados da ELETROSUL de Florianópolis. Uma ação idêntica (com o mesmo texto) não foi deferida em Tubarão, deixando os empregados desta cidade sem a URP. Os Sindicatos de Eletricitários do Paraná e Rio Grande do Sul já ingressaram na Justiça, sendo que o primeiro já conquistou liminar e o segundo aguarda resposta.

Outras categorias em todo o país estão ganhando a URP na Justiça, mas as pressões do governo sobre o Judiciário já fizeram com que várias liminares fossem caçadas.

PAGAMENTO

Em Florianópolis, a Empresa tem prazo até amanhã

Produtividade:

CELESC quer retardar o pagamento do direito

A CELESC está decidida a retardar ao máximo o pagamento da Produtividade 84. Esta posição foi evidenciada na carta da diretoria aos sindicatos onde afirma que vai "exaurir todas as instâncias e recursos judiciais possíveis". Isso quer dizer que a CELESC vai fazer todas as manobras para evitar o pagamento do direito.

A produtividade já é um direito reconhecido pelo Tribunal Superior do Trabalho, mas a empresa vai tentar, através de recursos e outros expedientes, atrasar o pagamento. O mérito do processo não tem mais como ser alterado, mas é possível que seja aberta uma nova tramitação no lento Judiciário com objetivo único de "ganhar tempo".

PROVOCAÇÃO

A postura da CELESC não deixa de ser uma espécie de provocação, pois se sabe que mais cedo ou mais tarde a produtividade vai ter que ser paga. Por esta razão, é necessário que todos discutam esta questão. O direito é legítimo e a categoria deve pensar em formas de luta para assegurá-lo, desde a ação judicial até medidas mais drásticas como uma greve.

ASSEMBLÉIAS

Para realizar este debate amplamente, estão sendo convocadas assembleias gerais.

(19/05) para fazer o pagamento da URP de abril em folha suplementar. A URP de maio deverá ser incorporada no salário do mesmo mês. Esta medida, no entanto, só beneficia os empregados sindicalizados, uma vez que o Sindicato só pode entrar na Justiça em nome de seus associados (por força de lei). A entidade ingressou, ontem, com nova ação no nome dos que sindicalizaram-se após o ajuizamento do primeiro processo. Os demais poderão entrar com ação individual ou procurar o sindicato.

CONTINUA A LUTA

A conquista deste direito para algumas regiões não pode significar desmobilização. As liminares apenas reparam uma perda econômica, mas não barram a política de privatização das estatais e nem o arrocho

Já ocorreu a primeira reunião de negociação sobre o Plano de Carreira da ELETROSUL, foi no dia 16/05. Em princípio pode-se afirmar que não houveram avanços no sentido de contemplar a proposta elaborada pelos empregados. Nas próximas edições apresentaremos um detalhado estudo entre as contradições existentes, entre a proposta dos sindicatos e a da Empresa.

salarial. Na verdade, o que foi demonstrado é que as diretrizes do governo não têm sequer fundamento jurídico, quanto mais político.

No sábado (21/05) ocorre mais uma Planária Nacional de Entidades ligadas às estatais, em Brasília, para debater o indicativo de paralisação do dia 25 e a continuidade da luta contra a privatização e o arrocho salarial.

ASSEMBLÉIAS

A continuidade da luta das estatais será debatida em assembleias de base da ELETROSUL que acontecerão em **Florianópolis** amanhã (19), às 18 horas no Rancho Alegre e em **Tubarão** hoje (18) às 19h30min, na sede do Sindicato.



Reflexão sobre um momento de luta

Maria Margarida Maciel Dantas

Diretora do Sind. Eletricitário Fpolis

A jornada de lutas que envolve os trabalhadores de estatais e servidores públicos federais, nos convida a reflexão que vão além de especulações sobre alguma perda econômica. Nos coloca a necessidade de pensar sobre as formas de organização dos trabalhadores e a premente unidade da classe.

Cotidianamente falamos que o governo e as classes dominantes agem unificadamente para impor o arrocho salarial, a recessão, as privatizações, etc... Também se diz que os trabalhadores devem estar unidos e unitariamente mobilizados para responder às iniciativas que lhes ameaçam. Mas fica uma pergunta: o que realmente fazemos para construir a unidade da classe trabalhadora?

As lutas deflagradas a partir do decreto de congelamento da URP deixou a "cú aberto" as debilidades organizativas do movimento, desde as suas deficiências orgânicas (viabilização de viagens, contatos, etc...) até as limitações políticas que o corporativismo impõe.

Mas não é possível deixar de afirmar que houveram avanços e um nível mínimo de organização que, bem ou mal, paralisou milhares de pessoas. Da mesma forma, seria ocultar a verdade, deixar de dizer que a participação das centrais sindicais, neste processo, foi decisiva para se chegar ao patamar que se chegou.

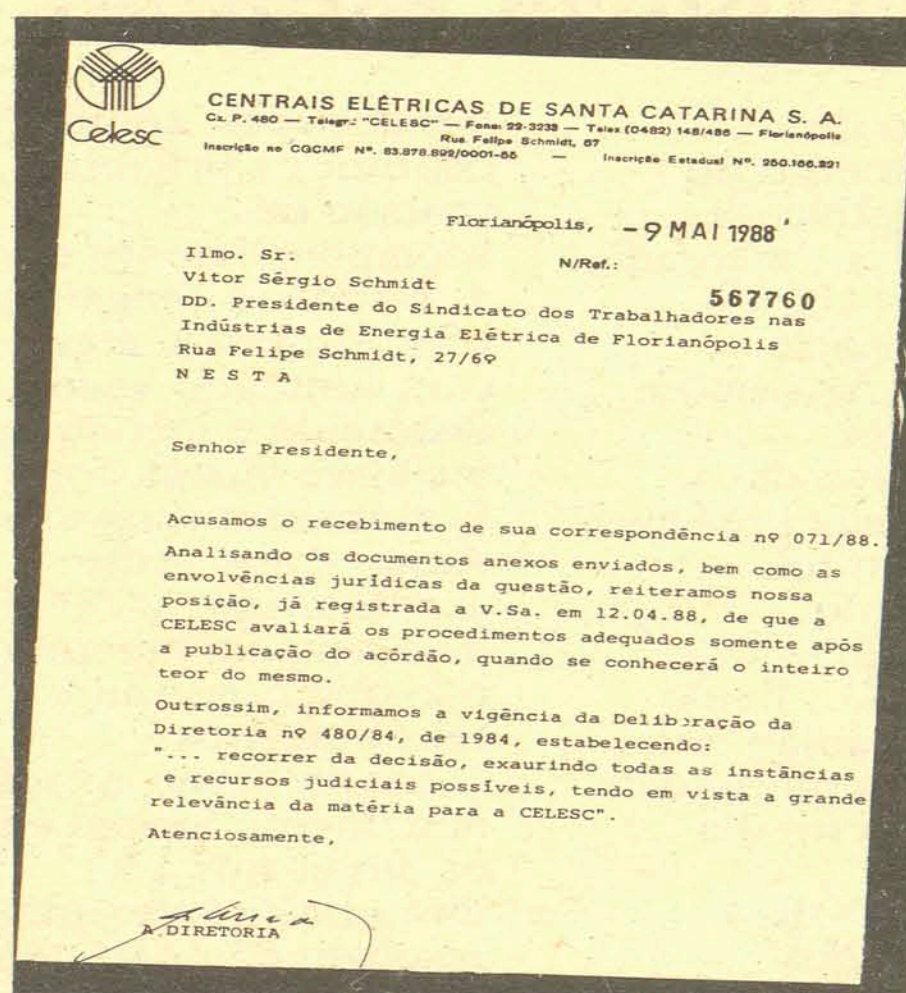
Sem a atuação da CUT e CGT,

que coordenaram as plenárias nacionais, não se teria construído a unidade mínima que levou o movimento ao relativo sucesso.

Por outro lado, é comum vermos as pessoas referirem-se às centrais sindicais como o símbolo da divisão dos trabalhadores, negando-se a discutir sobre elas ou intervir nos debates sobre o movimento concreto. É verdade que existem duas centrais e que entre elas existem divergências sobre a concepção do movimento. Mas não é menos verdade que as centrais têm levado unificadamente lutas importantes como as duas greves gerais e, agora, a campanha das estatais. Embora a CUT tenha tido sempre posições mais combativas e coerente para a direção do movimento.

Acontece que as pessoas se colocam na posição cômoda de críticas às centrais e ao movimento, sem colocar para si a responsabilidade de procurar interferir no rumo das coisas e dar a sua concreta contribuição para a construção do movimento.

Para nós eletricitários, esta questão se coloca de forma objetiva. Em breve teremos que voltar a discutir a filiação a uma central sindical. Então deveremos fazer uma opção radical entre a intervenção consciente no sentido do fortalecimento da unidade da classe trabalhadora, ou a abstenção que nos condenará à tarefa de permanecermos no isolamento diante de uma tarefa histórica de relevante importância.



Em **Florianópolis** será dia 24 (terça-feira) às 18 horas no Rancho Alegre. Em **Tubarão** será no dia 25 (quarta-feira), às 19h30min na Sede da ABECELESC.

DEBATE

CIPA x Comissão de Saúde

Dia: 20/05/88 (sexta-feira)

Horário: das 14hs às 22hs

Local: Conselho Regional de Contabilidade
Felipe Schmidt - 27, 9º andar

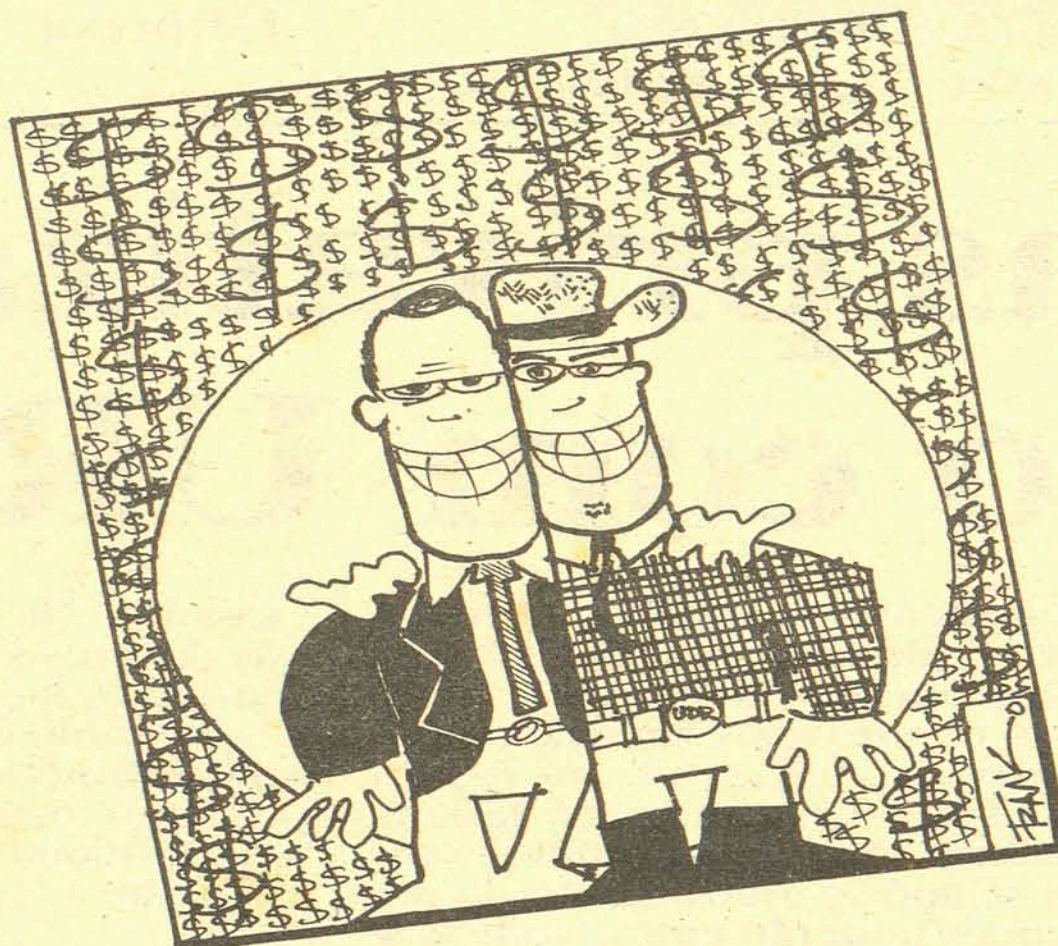
Latifundiários e constituintes barraram a Reforma Agrária

A triste imagem dos conflitos pela terra, de lavradores assassinados e milhares de famílias sem-terra para cultivar o seu sustento vai continuar. A decisão do Congresso Constituinte inviabilizou a Reforma Agrária e aponta para a perpetuação dos conflitos.

Quem saiu vitorioso foi o latifúndio, representado pela União Democrática Ruralista (UDR) que gastou milhões pressionando Constituintes. A UDR é o braço armado dos grandes proprietários envolvida em vários casos de assassinato de compesenes.

LUTA DE TODOS

A luta pela Reforma Agrária não diz respeito apenas aos trabalhadores rurais. Ela se manifesta contra uma estrutura econômica baseada na concentração da propriedade nos meios de produção, no campo e na cidade. A Reforma Agrária concretamente aponta para as melhorias das condições de vida na cidade e no campo.



A polêmica sobre a desapropriação de terras produtivas ou não, é falsa. Antes de tudo, existe a questão da função social da terra e de qualquer propriedade. A UDR não estava preocupada em defender a produção, mas a propriedade de uma minoria que pretende permanecer explorando a grande massa trabalhadora.

RETROCESSO

Com mais estas definições, a Constituinte deixa claro seu conteúdo e seu objetivo. O conteúdo é a defesa dos interesses dos banqueiros, latifundiários e grandes empresários. O objetivo é legitimar "em nome do povo" uma Constituição que se levanta contra os interesses da maioria.

Está claro que a futura Constituição é contra os trabalhadores e, por isso, o Movimento Sindical deve exigir dos Constituintes compromissos com as lutas populares, que não assinem a nova carta, negando legitimidade a esta máquina de retrocesso.

Aposentados da CELESC discutem remuneração

Os aposentados da CELESC se reúnem em Assembleia hoje (18/05) para discutir as modificações no sistema de remuneração dos inativos feitas pela CELESC e CELOS. Os inativos tiveram a sua remuneração "oteenizada" (corrigida pela OTN).

A reivindicação básica dos aposentados, no entanto,

continua sendo a equiparação ao pessoal da ativa. A assembleia vai discutir a questão da remuneração e definir encaminhamentos e formas de luta para atingir os objetivos definidos com base nos debates.

A assembleia acontecerá às 18 horas de hoje, no Rancho Alegre.

Atenção para as assembleias

ELETROSUL: Fpolis - dia 19, às 18 horas, Rancho Alegre. Tubarão - dia 18, às 19h30min no Sindicato. Assunto **Campanha Nacional das Estatais**.

CELESC: Fpolis - dia 24, às 18 horas, no Rancho Alegre. Tubarão - dia 25, às 19h30 min, na ABCELESC. Assuntos - **Produtividade 84**

APOSENTADOS DA CELESC: - Dia 18, às 18 horas, no Rancho Alegre, Fpolis. Assunto - **Remuneração**

COOPERATIVA DE TUBARÃO: Dia 18, às 19h30min, no Sindicato. Assunto - **Pauta para o Acordo Coletivo**.

Acompanhamento do Acordo:

Ausência do Diretor inviabiliza reunião

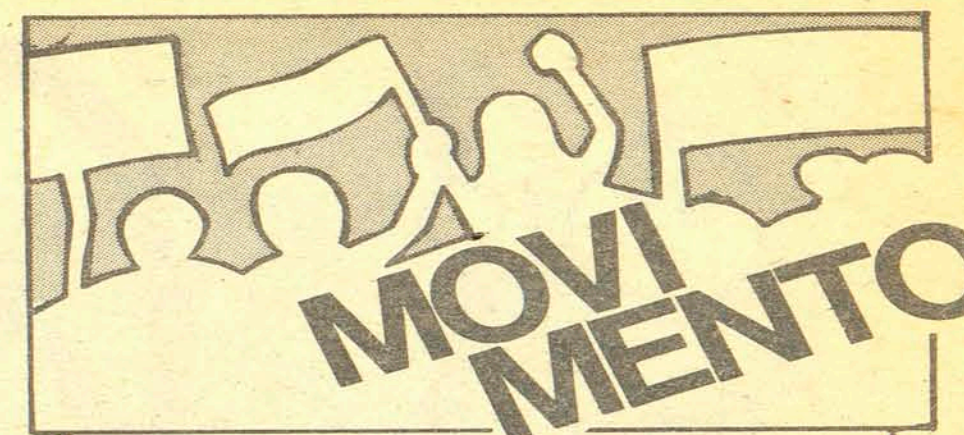
A reunião de acompanhamento do Acordo Coletivo da ELETROSUL, marcada para o dia 11/05, foi inviabilizada pela ausência de Ariovaldo Stelle, Diretor Administrativo da empresa. A sua presença nessa reunião foi prometida pelo presidente da ELETROSUL, Paulo Melro, na reunião onde foi discutida a questão da P.L., ocorrida no dia 23/03.

INSATISFATÓRIA

A Intersindical considera insatisfatória a Comissão que representa a empresa, pois ela não tem poder de decisão nas reuniões, tendo que consultar a diretoria para depois repassar os resultados aos Sindicatos. Essa intermediação entre a empresa e a Intersindical tem provocado atrasos

nas decisões, como ocorreu na primeira reunião de acompanhamento onde as respostas chegaram com 35 dias de atraso e com conteúdo vago, distorcido e incompleto, inclusive alguns pontos ficaram sem respostas. Assim como estão acontecendo, as reuniões de acompanhamento, não têm preenchido os seus objetivos.

Diante dessa relação meramente formal entre os Sindicatos e a diretoria, a Intersindical resolveu não participar dessa reunião sem a presença do diretor. A Comissão resolveu, então **confirmar** com a Presidência se houve o compromisso de Melro, alegado pelos Sindicatos. Caso seja confirmado, será marcada nova reunião com a presença do Diretor Administrativo.

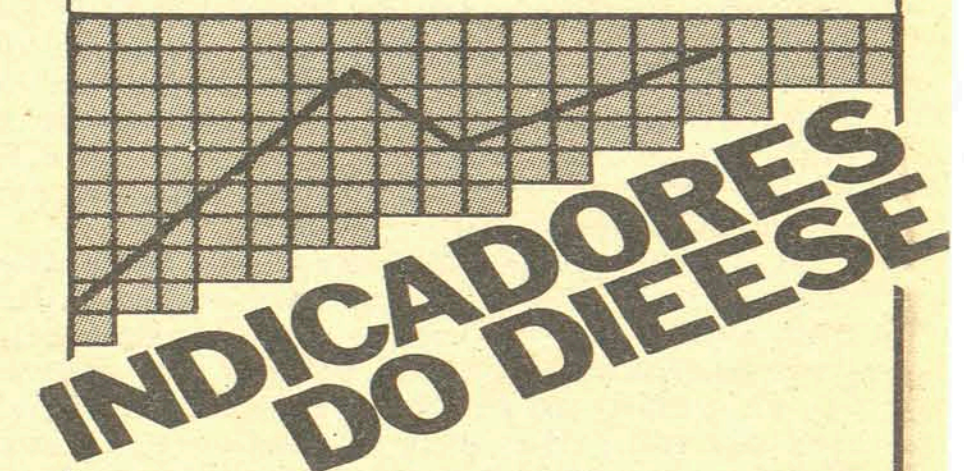


Liberdade?

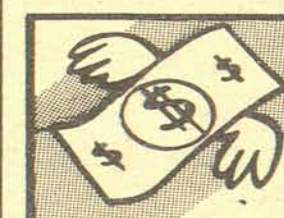
Muita gente comemorou os 100 anos da abolição da escravatura no dia 13 de maio. Mas os diretamente envolvidos, os negros, não fizeram nenhuma festa. Ao contrário, eles repudiaram a data afirmando que não há "libertação" a comemorar em um país escravo do preconceito. Até um boneco da Princesa Isabel foi malhado em São Paulo. Houveram manifestações em defesa da cultura negra, marginalizada pela indústria cultural, que foram reprimidas pela polícia. Além disso, não parece muito convincente se falar de liberdade no país onde existe o salário mais baixo do mundo. Viva a luta pela abolição de todos os preconceitos!

Vitória no T.R.T

Após 14 dias de greve, os operários das empreiteiras Ivaí Tenenge e Zeta ganharam, no dia 10 de maio, 113% de aumento salarial, concedidos pelo TRT. Além desse aumento, a categoria conquistou o piso de três salários mínimos referências, adicional de 100% sobre as horas extras, garantia de emprego para as gestantes desde a concepção até 90 dias após a licença maternidade e **garantia de emprego a todos os empregados por um ano**. Quanto aos dias parados, o Tribunal decidiu que os patrões pagariam 50% dos dias parados aos trabalhadores, que voltaram ao trabalho no dia seguinte. Essas empreiteiras são contratadas da ELETROSUL para realizarem obras na cidade de Tubarão.

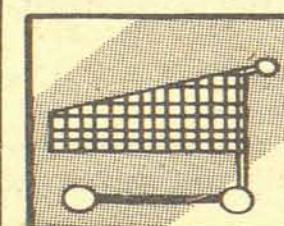


1º/03/88 a 31/03/88



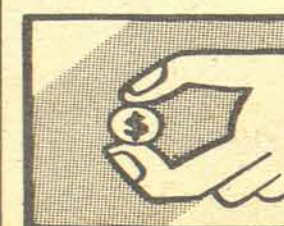
AUMENTO DO CUSTO DE VIDA POR FAIXA SALARIAL

1 a 3 Salários - 19,80%
1 a 5 Salários - 19,90%
1 a 30 Salários - 19,88%



CESTA BÁSICA DE FLORIANÓPOLIS

- Cz\$ 4.683,40



SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO

- Cz\$ 46.211,34